

MÉTODO, CRÍTICA, MITO: UMA REVISÃO AO “PROCESSO LEGISLATIVO”

*Pedro Augusto Simões da Conceição¹
Pedro Luís Chambô²*

RESUMO

Visamos, com este artigo, esboçar uma “metodologia crítica” para uma análise do Direito a qual possua relevância tanto para uma Filosofia e Teoria gerais do Direito, quanto para certa “prática” jurídica, a partir do momento que pode auxiliar no trato dogmático que se dá aos textos das leis, e aos textos sobre os textos da lei, quer seja a doutrina ou a jurisprudência.

Por isso, apresentamos aqui nossa proposta de uma “metodologia crítica” para o Direito, desenvolvendo-a em termos gerais e realizando, em seguida, uma pequena “aplicação” na leitura do Processo Legislativo enquanto um fenômeno mitológico das sociedades modernas. Por fim, apresentaremos nossa proposta de forma a oferecer uma ferramenta útil para toda e qualquer análise do(s) discurso(s) jurídico(s).

Palavras-chave: Metodologia-crítica; Mito; Processo Legislativo; Legislador Racional

METHOD, CRITICISM, MYTH: A REVISION OF THE “LEGISLATIVE PROCESS

ABSTRACT

With these, we intent to present the guidelines to a “critical methodology” for an analysis of Law. This analysis shall be relevant to a Philosophy and Theory of Law, and to a “praxis” of Law, as well – since it can be useful to dogmatic kind of legal text lectures, and to the analysis of the texts about the texts of laws, as the Doctrine or Precedents.

Seen this, we show here our proposal for a “critical methodology” for Law Studies,

¹ Acadêmico de Direito na Universidade de São Paulo. Estágio no Departamento Jurídico XI de Agosto, em parceria com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Pesquisa, particularmente, nas áreas de Direito Penal Econômico, Teoria do Direito Penal, Filosofia e Sociologia do Direito, Direito Econômico, Psicanálise e Teologia. Universidade de São Paulo - Faculdade de Direito

² USP

Versão em português recebida em 22/05/2013, aceita em 14/02/2014, e autorizada para publicação em 24/06/2014

developing it in generic terms, applying it to a critical regard of the Legislative Process as a mythological phenomena of modern societies. To finish, we pretend to offer a tool to any juridical analysis of discourse, of any juridical area.

Keywords: Critical methodology; Myth; Legislative Process; Rational Legislator.

1 “METODOLOGIA CRÍTICA”

É bem verdade que as aspas dão relevância para um texto. As aspas neste subtítulo têm o seguinte intuito: conduzir o leitor a tomar, com estas duas palavras, o mesmo cuidado que ensinamos tomar ao lançar mão deste instrumento linguístico.

A proposta de uma metodologia nos coloca, em primeiro lugar, a possibilidade de enxergarmos alguma conexão com a matéria de maior interesse para nós aqui – qual seja, o Direito – e a noção de “Ciência”³. Poderíamos mesmo dizer que o método é a essência da ciência⁴, se pudéssemos falar em essência sem contradizer o próprio método da dúvida metódica⁵. Este tipo de “dúvida”, porém, não guarda uma ligação única e exclusiva com a dúvida metódica e subjetivista de Descartes, e se deixa, *sim*, influenciar pela dúvida existencial de Pascal ou de Kierkegaard⁶.

³ De um modo um tanto quanto clássico, ou, ainda, iluminista, Ferraz Junior: “A ciência é constituída de um conjunto de enunciados que visa transmitir, de modo altamente adequado, informações verdadeiras sobre o que existe, existiu ou existirá.” p. 10 e “Uma ciência pode ter muitas e variadas técnicas, mas só pode ter um único *método*. *Método* é um conjunto de princípios de avaliação da evidência, cânones para julgar a adequação das explicações propostas, critérios para selecionar hipóteses, ao passo que *técnica* é o conjunto dos instrumentos, variáveis conforme os objetos e temas. O problema do método, portanto, diz respeito à própria noção de enunciado verdadeiro” p. 11, in FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. *A Ciência do Direito*. São Paulo: Atlas, 2007.

⁴ Sobre a “essência” da ciência, também interessantes as reflexões Heideggerianas acerca da ciência como manifestação da Técnica e como Metafísica da Modernidade, o que faz com que esta *não pense*, se desenvolva, explique, corrobore, mas não *pense*, entre outros, HEIDEGGER, Martin. *Überwindung der Metaphysik*; Gesamtausgabe – Band 7. Frankfurt am Main: Klostermann, 2000.

⁵ Na tese Heideggeriana, a ciência se sobrepõe à metafísica tradicional transmutando a verdade da essência pelas verdades físicas, químicas, etc., as quais, porém, também não teriam o condão de revelar a verdade das coisas em sua simplicidade. Apesar, portanto, de as explicações metafísicas e científicas serem totalmente diversas, preencheriam o mesmo papel no esquecimento do Ser.

⁶ A dúvida metódica de Descartes é conhecida por ter influenciado, e muito, nossa concepção de ciência, a partir de *O Discurso do Método*, aproximando o ideal de ciência dos “conceitos matemáticos”, do “Plano cartesiano”. Na outra via, uma dúvida *existencial* que tenta integrar a subjetividade concreta, questionando a relação desta com a objetividade “do mundo” em um contorno mais retórico e pré-kantiano (Pascal) e em contorno dialético e pós-kantiano (Kierkegaard).

Não pretendemos, aqui, elucidar todas as discussões pertinentes acerca da “Ciência do Direito” – ressaltamos, porém, que por ciência do Direito compreendemos o conjunto de escritos, atividades, encontros, seminários, aulas, enfim, de *discursos*, materializados ou não, que assumam o caráter de cientificidade pela submissão às regras institucionais contextualizadas e histórico-culturalmente localizadas que definam um discurso enquanto científico e que possuam, como objeto, o Direito.

Este, por sua vez, é compreendido aqui como um fenômeno complexo o qual pode ser analisado por inúmeros vieses, cada qual legítimo em seu campo de atuação: o linguístico, o sócio-econômico, o histórico, o pedagógico, o forense-explicativo, entre muitos outros⁷.

Entretanto, é justamente pelo fato de estas “regras institucionais”⁸ serem especialmente formais que se possibilita uma flexibilização do conceito de ciência, em especial, por se tratar de uma ciência “humana”. Fica, então, claro, que a *hermenêutica jurídica* permeia forma e conteúdo dos discursos científicos abrindo espaço para a construção de sentido de maneira mais ampla que a da concepção clássica de ciência, como “comprovação causal ou lógica de efeitos particulares” – abrindo porta para que a filosofia e a política influenciem “leituras dogmáticas” que, nem por isso, deixam de ser científicas.

Fica claro, também, que um primeiro ponto para a “metodologia” da ciência do Direito é a adequação às formas. Um segundo, derivado da permissividade de tais regras é: como inserir elementos externos – como a “crítica” – sem desvirtuar a natureza científica garantida pelas regras formais?

⁷ Por mais circular que seja esta definição (a qual pode ser resumida, não sem perdas, grosso modo a “ciência é conjunto de regras que define algo como científico ou cientificamente pertinente, e os textos que se adéquam a estas regras”) enxergamos que é preciso deslocar a função de “verdade” da ciência, como o fazem Ferraz Junior e Luhmann. Muitas vezes o intuito de um discurso científico é ser validado e considerado dentro de certo contexto de aceitação (o que Luhmann caracterizaria como moral, “consideração”) independentemente do grau de veracidade de suas afirmações. Aproxima-se, por exemplo, da noção do estabelecimento de um “paradigma”, conforme propostas de Kuhn, ou, simplesmente, do campo anárquico de erro e acerto de Feuerabend.

⁸ Para elucidar, citamos “exemplos”: é considerado científico-jurídico todo texto publicado em tal ou tal revista; é considerada científica toda aula ministrada em cursos de Direito reconhecidos pelo órgão que a lei declara competente para tal; é considerado científico-jurídico todo livro escrito conforme às regras da ABNT – entre outros possíveis.

A resposta a esta questão pretendemos apresentar aqui, mas não de forma *direta*, em um enunciado com Sujeito-Verbo-Objeto.

Esta crítica, enquanto elemento externo é, pois, bem vinda, dentro do discurso científico – ainda que venha para questionar a própria cientificidade do discurso, ou, até mesmo, a existência ou necessidade da existência do próprio discurso, como de fato ocorreu com o abolicionismo penal de Houslman⁹, na crítica à ciência jurídico-penal, para citar um exemplo.

O que nós queremos entender por “crítica”, porém, explicamos conforme alguns pontos referenciais. Em um primeiro lugar, um referencial é o paradigma da *Teoria Crítica*, ligado à conhecida “Escola de Frankfurt”, sendo que focamos, em especial na obra de Adorno e Horkheimer, *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos* (São Paulo, 1985). Com esta obra, Adorno e Horkheimer defenderam a tese segundo a qual “o mito já é esclarecimento e o esclarecimento acaba por reverter à mitologia” (idem, ibidem, p. 15) e, com isso, visaram a um procedimento “metodológico” de crítica das Ciências Humanas e da Sociedade Técnica como um todo – assunto que abordaremos a seguir.

Não compartilhamos, porém, o viés materialista intrínseco a esta crítica, tampouco sua concepção *negativa* de Mito – conforme desenvolveremos a seguir.

Um outro paradigma é o da filosofia da linguagem e os pressupostos do giro linguístico, sobre o qual não podemos nos delongar, mas do qual ressaltamos 1) o papel da desconstrução enquanto uma postura de pesquisa; 2) o da análise do discurso enquanto um instrumento de questionamento; e 3) o da hermenêutica prática enquanto um método de reconstrução o qual sempre demanda a tomada de decisão por parte do investigador.

Quanto à desconstrução¹⁰; esta se baseia no pressuposto da existência do texto, e, praticamente, da possibilidade de se ligar a noção de existência à noção de texto, e, talvez, a

⁹ Para mais sobre o assunto, ver FOLTER, Rolf S. de, *Sobre a fundamentação metodológica do enfoque abolicionista do sistema de justiça penal – uma comparação das idéias de Hulsman, Mathiesen e Foucault*. In Revista Verve, Nu-Sol, PUC-SP, São Paulo, 2008, nº 14.

¹⁰ V. DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 2009; idem. *A Escritura e a Diferença*. São Paulo: Perspectiva, 2010. Estes são os dois principais conjuntos de escritos que “fundam” a desconstrução, ainda que falar em fundação/fundamento seja muito arriscado. Sobre Derrida e a desconstrução, ver: <http://www.cecl.com.pt/rcf/03/rcf03-02.html> (consulta realizada em 18 de Outubro de 2011).

nada mais que isso. Ou seja, a realidade é expressão enquanto texto, enquanto Escritura, nos dizeres de Derrida, e esta escritura existe graças à diferenSa¹¹, da qual podemos buscar o *rastro*. Isso quer dizer que o sentido não se dá em estruturas fixas (significado/significante; imagem/referente), mas constroi-se e muta-se, deslizando por entre as palavras, abalando as concepções binárias (alto/baixo; certo/errado, etc.) que dão forma à nossa visão *logo*-cêntrica de mundo¹².

Quanto à análise do discurso¹³, esta nos revela, com Bakhtin (1995, 2002), que a ação humana constrói sua significação não conforme a regras mortas da semântica, mas conforme tematizações (semântico-objetais) que se apresentam concretamente sob a forma de enunciados dialogais – por mais monológico que seja o discurso. Aprendemos, ainda, que os discursos tornam-se parcialmente estáveis sob a forma de gêneros, mediatizados pela literatura. Com Foucault (2005, 2008) aprendemos que é possível “cavar” a superfície dos discursos em busca de relações estruturais e referenciais mais antigas. Com Pêcheux (1993), enfim, aprendemos que o discurso pode desenvolver-se também de maneira “automática”, mas que, diferentemente do que isso poderia levar a pensar, tal automatização reforça o papel do sujeito em sua constituição.

Por fim, a hermenêutica, conforme Ricoeur (1986, 2008), nos ensina que, ainda que critiquemos à moda da desconstrução (ou mesmo à moda da crítica radical de Nietzsche ou da destruição de Heidegger) e que analisemos em busca de aspectos ideológicos (Bakhtin, Pêcheux) ou estruturais em termos de relações de poder (Foucault), temos de tomar uma postura compreensiva em algum *momento* da leitura, no seio de uma dialética entre compreensão-explicação, sendo que a imparcialidade não é, aqui, sequer desejável, caso ela signifique ausência de valores – o mesmo se aplica para nossa presente leitura dos textos que formam o “Processo Legislativo”.

¹¹ Tradução que propomos à “differAnce” de Derrida, ao lugar da “diferência”, proposta pelos tradutores da *Gramatologia*.

¹² O neologismo “logo-cêntrica” faz referência direta às origens gregas do pensamento ocidental, em especial, à lógica binária da Grécia clássica, que também influenciou as grandes binariedades do direito: público/privado sendo a matiz orientadora.

¹³

Pela onipresença do dever interpretativo tanto do cientista jurídico como do jurista militante pretendemos aliar o que estes vários “Críticos” possuem de comum, sem, contudo, fazer uma confusão infeliz entre os métodos – para isso o ponto chave é a superação do modelo cartesiano de método e de ciência.

Se há alguma ciência do Direito, pois, esta precisa afirmar-se olhando para a sua própria metodologia, sendo que, nossa opção, é que este olhar se dê de *forma crítica* quanto aos objetos de pesquisa e à própria metodologia, ainda que isso não signifique uma crítica desmedida e desenfreada, quer de textos legais, de posicionamentos doutrinários ou de decisões judiciais – de forma que possamos contribuir tanto para a compreensão do fenômeno do Direito na Sociedade enquanto um dado de análise, quanto para as futuras “decisões” jurídicas que constituirão futuros objetos de pesquisa, mas que, muito mais gravemente, afetarão a vida de várias pessoas.

2 METODOLOGIA CRÍTICA A PARTIR DO MITO – ELUCIDAÇÃO DO CONCEITO DE MITO

Como falamos acima, Adorno e Horkheimer deram à Sociologia uma interessante tese que, cremos, possibilita uma postura prolongadora do “espírito crítico” a níveis infinitos – *ad infinito*, algo que, em etapa desconstrutivo-analítica, é uma vantagem incomensurável: trata-se da inter-relação entre Razão e Mito. Esta relação, tal qual proposta por Adorno e Horkheimer, tinha como pressuposto, porém, uma divisão quase-maniqueísta que via Mito e Razão como “opostos” para então aproximá-los. Mito como “ilusão” (Freud) e como “ideologia” (Marx) e razão como “agir conforme a fins” (Hegel, Weber). Vê-se a influência desta lógica mecanicista aplicada às relações sociais¹⁴. É verdade que,

¹⁴ Ver ADORNO, Theodor W. *Dialética Negativa*. São Paulo: Zahar, 2009. Habermas desenvolveu boa parte de sua obra tendo como referência também a *Dialética do Esclarecimento*. Sua crítica, porém, vai no sentido de que, caso haja o esgotamento de toda possibilidade de racionalidade na razão com respeito a fins (tal qual Weber a chamava), a própria *Crítica* perderia seu fundamento. Em razão disso, Habermas propõe uma “cisão” no próprio conceito de Razão, entre razão com respeito a fins e razão comunicativa. Não seguimos, aqui, por este caminho, por acreditar que toda razão que se baseie na necessidade ou, até mesmo, na pressuposição do consenso perde seu potencial crítico ao ignorar as forças inconscientes que motivam uma “comunicação

especialmente por parte de Horkheimer, o qual, nos escritos de maturidade voltou-se menos ferozmente sobre temáticas do “mundo espiritual-religioso”, esta concepção foi parcialmente revista.

Este pressuposto negativo/pessimista de mito, é herança de uma divisão clássica (em sentido histórico, inclusive) entre Razão e Mito e que chega praticamente intacta a Adorno e Horkheimer. Podemos citar a obra de Bacon, *A Sabedoria dos Antigos* (2002), como a faísca desta divisão, ainda que sua visão acerca do mito fosse muito mais positiva (boa) que a dos modernos¹⁵; o empirismo de Bacon contribui, indiretamente, para esta formação¹⁶.

A Razão é boa, o Mito é falso – este continuaria tendo, certamente, grande valia histórica e literária, mas não mais *científica* e, logo, foge do “discurso da verdade”¹⁷.

Cremos que esta cisão precisa ser revisitada, sem que abandonemos a dialética do esclarecimento (que é o entrelaçamento Razão-Mito).

Para tal, é preciso questionar a imagem que congela o Mito no *passado*, como algo distante do *nosso* tempo *científico* e *moderno*, como uma espécie de narrativa que visava a “explicar” os fenômenos do Mundo e que não possui nenhuma valia mais neste sentido, pois a ciência nos explica estes fenômenos com exatidão.

Outra imagem que é necessário questionar é a da interconexão entre Mito e

(aparentemente) racional” – ainda que, certamente, a teoria comunicativa de Habermas não se esgote neste ponto e tenha muito a contribuir para uma aplicação mais democrática do Direito.

¹⁵ O próprio título da obra o alude: Bacon enxergava nos mitos a “sabedoria” dos antigos, esta, porém, somente pode nos ser transmitida de uma maneira “mitológica” a qual precisa ser re-lida À luz dos avanços da razão – em termos filosóficos, científicos e políticos. Deixemos o próprio autor falar: “Há, porém, outro indício, e não dos mais desprezíveis, de que tais fábulas contêm um significado oculto e implícito: é que algumas delas são tão absurdas e tão néscias, se nos ativermos simplesmente ao relato, que é de crer estejam anunciando alguma coisa de longe, proclamando que trazem em si uma parábola”, In, Op. Cit, p. 19.

¹⁶ Para mais sobre a complexa relação de Bacon com a ideia de Mito e como isso influenciou nossa leitura contemporânea da Razão, DOURADOS, Pedro. *Mito e Razão no Direito Penal*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2012.

¹⁷ Conferir, FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 2009. Foucault sustenta a tese de que, assim como, de certo modo, a lei perdeu sua autoridade intrínseca e teve de buscar justificativas e fundamentações em *teorias* jurídico-políticas (etc.), as afirmações acerca da natureza, dadas pela autoridade (que fosse ela a autoridade religiosa ou familiar, entre outros), perdeu sua valia *per se* e passa a necessitar de *prova*.

Religião, dando a esta o espaço que lhe é devido e que não se confunde com o daquele¹⁸.

Campbell questiona a ideia de que o Mito tem uma função “explicativa” apoiando-se na psicanálise de Jung, e afirmando que “mitos são pistas para as potencialidades espirituais da vida humana” (1998). Com esta simples afirmação, Campbell intenta afirmar que, ainda que o Mito fale sobre fenômenos do mundo (os raios, as enchentes, a gravidez, a morte, o Sol, entre outros) ele se refere à “vida humana” e a seus mistérios, sendo que a relação Homem-Mundo é tema de grande importância para a mitologia, mas não uma explicação do Mundo *per se*, o que foi, sempre, uma tarefa das Ciências Naturais, desde a *Physis*.

Assim, as narrativas acerca dos “raios de Zeus” não visam a dar uma *explicação* sobre a origem do raio. É preciso entender que há uma figuração, um processo que denominamos transmutação mitológica, e que se assemelha aos efeitos de um “filme”, a qual lança mão de símbolos e de uma análise hermenêutica dos Mitos. Assim, a associação do “Raio” com a figura masculina de maior importância no panteão grego passa a ter algumas possíveis *outras* leituras – em especial, para um Freud ou para um Jung, leituras psicanalíticas, para citar um exemplo¹⁹.

Esta pequena revisão, que perpassa o trabalho de Campbell, nos permite questionar a cisão Razão-Mito, mas não nos permite, porém, passar a barreira que afirma que Mito é a narrativa que faz parte de um conjunto “livresco” chamado de *mitologia* e que se refere às sociedades “antigas”, de modo algum existente *hoje*.

Contra esta ideia, levantamos as impressões de Ricoeur e Eliade sobre a relação entre Mito e tempo, de modo paralelo com algumas importantes análises acerca do tempo feitas na Filosofia do século XX.

¹⁸ Como não poderemos desenvolver este tema, aqui, recomendamos a obra de BULTMANN, Rudolf. *Jesus Cristo e Mitologia*. São Paulo: Fonte Editorial, 2008 e, sobre um possível “conteúdo” do religioso, LUHMANN, Niklas. *La Religión de la Sociedad*. Madrid: Trotta, 2010.

¹⁹ Para isso é necessário que o elemento “raio” exista, ou, ao menos, alguma imagem deste elemento para a comunidade do mito. Isso não quer dizer, porém, que uma investigação científica das origens do fenômeno natural do raio “invalide” as histórias de Zeus.

Eliade²⁰, em primeiro lugar, relaciona o mito ao “tempo originário” da seguinte forma: a manutenção do mito permite, pela realização “periódica” do ritual narrado pelo mito, uma “revitalização” do tempo originário. Este tempo originário Eliade cunhou sob a já clássica expressão *in illo tempore*.

De modo um tanto quanto similar, Ricoeur (1978) analisa uma possível dialética entre mito e símbolo, afirmando que aquele é a-histórico e semanticamente fixo, enquanto que o símbolo é histórico e guarda consigo uma “reserva de sentido temporal”. Exemplificando, o mito de Édipo, pela sua narratividade registrada, é uma história fixa, com um sentido (ainda que o sentido superficial) “imutável” – sua história, seu *texto*, é o mesmo, de modo que para mudar Édipo é preciso mudar o próprio mito²¹. De modo diferente o símbolo mantém sua forma sígnica através do tempo podendo ganhar significados absolutamente diversos ao passar do tempo e continuar com a mesma aparência, como é o caso, para citar um exemplo, do símbolo do deus Hermes, que possui, hoje, não uma referência direta à divindade, mas às ciências farmacológicas, apesar de manter-se o mesmo símbolo.

Nestas duas leituras, notamos – quando se estuda o Mito com profundidade e além dos preconceitos que rechaçamos acima – uma importância especial dada ao “tempo”.

Da mesma forma, Heidegger (2010, pp. 421 ss.) buscou, com sua filosofia ontológica, uma explicação para o fenômeno do Ser tendo em vista a sua historicidade, a qual se origina, para o filósofo, na temporalidade mesma do Ser, o qual somente possui sentido pela capacidade interpretativa do homem, enquanto *presença*. Esta “temporalidade” do Ser não é, porém, o “tempo” em sua percepção “cotidiana” – muito pelo contrário, o cotidiano domina o homem imprimindo-lhe pré-concepções hermenêuticas que estão relacionadas à “angústia” do homem.

²⁰ Ver: ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Neste pequeno clássico, Eliade aborda somente a questão do “tempo originário” com referência a uma certa “origem do Cosmos”, relacionando ainda o espaço do ritual (o sagrado, em oposição ao profano) enquanto *templos* relacionado ao próprio tempo – pelo que discordamos com a demasiada estreita conexão entre Mito e Religião.

²¹ Ou, simbolizar o mito, como o fez, por exemplo, Freud, exatamente com Édipo Rei ao torná-lo um símbolo metafórico que explica o complexo psicológico do “complexo de Édipo”.

Parece-nos ser a partir desta mesma “temporalidade do Ser”, que difere do tempo cotidiano, que Derrida (2002, p. 92) pensou em um “passado que nunca foi presente”, o qual nos aponta ao *rastro* de uma diferenciação original, se é que podemos falar em origem, pois a busca da origem revela uma busca da essência e parece ser exatamente a busca da essência que se perdeu com sua análise desconstrutiva. Trata-se, pois de um “passado” (que remete a ideia de origem), mas o qual nunca foi presente (que foge, pois, à lógica perversa da essência histórica).

Esta referência a estes quatro pensadores nos leva à conclusão de que tanto a análise do Mito quanto as discussões filosóficas mais profundas concordam que é possível um estudo de uma temporalidade, de um passado, de uma a-historicidade, de um *in illo tempore* a qual difere radicalmente do conceito de tempo cotidiano, medido pelo relógio.

O que Ricoeur e Eliade enxergaram mais explicitamente, porém, é que é no Mito que esta análise deve-se desenvolver também com interesses filosóficos e não somente literários.

Com isso, percebemos que o tempo, ou ainda, a lógica temporal do Mito é distinta da lógica temporal do acontecimento dos fatos cotidianos, sem que isso signifique que os Mitos estejam estancados em conjuntos livrescos chamados de “Mitologia do povo X” ou “Folclore” ou similares.

Mito ganha, pois, um caráter mais formal que conteudístico: deixa de ser a narrativa que explica o mundo com citações sobrenaturais/religiosas e passa a ser *a narrativa que desenvolve a história de um personagem em uma lógica temporal avessa à dos fatos cotidianos*.

Este personagem – um “herói”, por exemplo – parte em uma “jornada”, uma “aventura”, a qual se estrutura sob o esquema “ida-evento-retorno” e não sob o esquema “causa-efeito” (CAMPBELL, 1997).

É, justamente, a presença desta lógica baseada na ida, na realização de um evento e no retorno de um personagem que permite a percepção do “*illo tempore*” **no Mito**.

A presença do personagem possibilita um processo de identificação, necessário para

que o Mito realize a sua função no psicológico do “leitor”, qual seja, a de lhe revelar peculiaridades da vida humana e do Homem como um todo²² - esta identificação, porém, lida com esferas do inconsciente com uma intensidade que o saber racional-científico sequer almeja alcançar.

Esta concepção mais “formal” de Mito, com devidas ressalvas às representações do inconsciente, permite, entre outros, explicar porque, no Mito, “cabe” todo tipo de discurso social, desde o religioso (predominante na mitologia antiga), ao político, passando pelo jurídico, pelo artístico, pelo científico, entre outros²³.

Esta capacidade plurissignificativa do Mito nos permite classificá-lo como o “denominador comum” daquilo que chamamos de Cultura, de modo que o conteúdo do cultural se vê “deslocado” do unicamente consciente, para uma esfera mitológica, parcialmente consciente – pois toda narrativa mítica é conscientemente apreendida – e parcialmente inconsciente.

3 O MITO NO DIREITO – O MITO NO DIREITO PROCESSUAL E A RELEVÂNCIA DO PROCESSO LEGISLATIVO

Antecipando nossa tese, o que defendemos como pressuposto de nossa “metodologia crítica” é que, hoje, o Direito assume, predominantemente a função de Mito na Sociedade super-complexa.

Esta tese, a qual certamente não se esgota neste texto, baseia-se, sobretudo, em duas constatações.

²² Não cabe, aqui, nos delongarmos sobre as bases teóricas da relação mito-personagem-identificação, as quais desenvolvemos em projeto à parte, relacionando esta proposta de metodologia crítica a outros ramos do saber jurídico. Fica, porém, a ressalva para duas grandes possíveis leituras desta relação. A primeira, seguindo a linha de Freud, pode identificar uma relação individual e inconsciente (Id-Superego) do sujeito localizado com a história. Uma segunda, a qual seguimos, identifica não somente uma ligação pessoal, mas uma ligação do conteúdo mítico a uma formação coletiva, quer do inconsciente (Jung, Campbell) que de um imaginário social capaz de uma “criação *ex nihilo*” de categorias e instituições sociais a partir, por exemplo, de estímulos mitológicos (Castoriadis).

²³ Mesmo nos mitos antigos, a religião não era assunto com posição exclusiva nos Mitos, ou será que Mitos do Egito antigo, da Grécia Clássica, da China imperial, entre outros, em que a explícita participação do comércio e das guerras entre os povos não tinha nenhum papel político?

A primeira é que o Direito atual vem se apresentando como uma *tecnologia*²⁴, ou seja, tornou-se extremamente formal, ainda que mantenha sua textualidade, a qual implica o “conteúdo” das normas, por exemplo. O positivismo, de modo especial, influenciou a dogmática no sentido de um deslocamento da questão da “justiça”, e este passo fora essencial para uma percepção “estrutural”, “comunicacional” e “discursiva” do Direito, a qual depende, sim, do conteúdo, mas não se identifica com ele, nem se limita a ele.

Esta formalização, cremos, não se deu, nem se dá, de forma tão radical em nenhum outro “ramo da cultura” e é essencial para que o Direito possa se tornar o campo em que todos os demais assuntos possam ser debatidos, ainda que respeitando a forma típica do Direito – da mesma maneira como ocorre com o Mito.

A segunda é o papel do Direito Processual na apropriação da problemática do tempo para dentro do Direito. Não, porém, do tempo cotidiano, do tempo da narração histórica, a qual se refere ao tempo cotidiano, nem ao tempo que conta com ações na lógica causal ou matemática, mas em um tempo próprio ao Direito o qual, diferentemente da política, da arte, etc., pode deslocar questões sociais para uma lógica perversa à da sucessão de eventos.

É o fato de o mundo precisar ser *processualizado* para que ele faça algum sentido para o Direito – ou ainda, para que ele exista para o Direito – que faz com que o Direito “ignore” a sucessão cotidiana de eventos criando um tempo próprio, proximamente ao que ocorre nos Mitos – o que, porém, de forma alguma se torna uma desculpa para a “morosidade do judiciário”.

*Quod non est in acti, non est in mondo*²⁵ e a “verdade processual”²⁶ são os dois

²⁴ Conferir a tese sutilmente apresentada e bem defendida por Ferraz Junior, in FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. *Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação*. São Paulo: Atlas, 2007.

²⁵ Apesar de não ser uma ligação direta, essa necessária processualização está diretamente ligada com o dogma da “pacificação social”, que se vê bem resumido em: “em dado momento da história, contudo e já com o Estado suficientemente fortalecido, esse ente, prevendo que a sua própria existência condicionava-se à solução de conflitos, *avocou para si a atribuição de solucioná-los*” in HERETEL, Daniel Roberto. *Técnica Processual e Tutela Jurisdicional: a instrumentalidade substancial das formas*. Porto Alegre: Fabris, 2006, p.19, grifo nosso.

²⁶ Sobre esta “verdade”, Ferrajoli: “[...] a verdade processual é por princípio ‘formal’ e o é num sentido ulterior e mais restrito no processo civil, onde são maiores as vinculações legais, e no penal, baseado nas provas legais; enquanto ‘verdade material’, ‘substancial’ ou ‘absoluta’ não é mais do que uma pretensão subjetiva e uma perigosa ilusão. Isso não quer dizer, contudo, como considera Carnelutti, que esta ilusão não

“termos discursivos” do ramo processual que nos permitem afirmar o papel do Direito Processual para a caracterização do Direito como o Mito das Sociedades modernas.

Primeiramente quanto ao brocado latino, porque ele revela que o Direito ignora o espaço do mundo (o profano – para dizer com Eliade) para somente olhá-lo assim que ele se submete à lógica do processo (o sagrado – ainda que não nos refiramos à religião).

Não se pode falar “eu sou dono desta terra” – é preciso peticionar corretamente²⁷, para que se mova uma ação de Usucapião, citando corretamente todos os elementos que a lei determina como partes em um processo litisconsorcial por força de lei...

Quanto à verdade processual, esta radicaliza com o afirmado pelo brocado latino. Radicaliza, e, ainda mais, cria não somente um “mundo” novo (o dos autos), mas especifica que este mundo possui regras internas próprias, pois a verdade processual não se “opõe” somente à verdade material, mas também à “mentira processual”: às nulidades processuais, às incongruências de Direito Material, às inconstitucionalidades e às ilegalidades de modo geral (v. nota 25).

Exigências que submetem os fatos concretos/cotidianos a uma lógica própria, estruturada sob o esquema “ida-evento-retorno” e, portanto, mitológica.

Antes de prosseguirmos, porém, é preciso estabelecer como marco desta nossa tese que tal afirmação não pode retroceder à origem do brocado latino, por exemplo; mas tem como ponto “nascido” a compreensão de que o Direito Processual é diferente do Direito Material e, certamente, esta não é uma conquista do Direito Romano, para o qual o Direito

encontre lugar no processo: seu lugar, como se verá no parágrafo 10, é tanto maior quanto mais desvinculada se encontra a livre convicção do juiz de garantias processuais adequadas em matéria de prova e defesa”, In FERRAJOLI, Luigi. *Direito e Razão: teoria do garantismo penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, p. 76 – nota 19.

²⁷ É verdade, em contrapartida, que a aplicação do “*pas de nullité sans grief*” (não há nulidade sem prejuízo) pode corrigir alguns abusos formalistas no Direito Processual – ressaltamos, porém, que, ressalva feita talvez ao Habeas Corpus, o mero ingresso de uma causa aos olhos da jurisdição exige forma correta e complexa. Ver, quanto à nulidade processual, este interessante Agravo Regimental no Recurso Especial número 907.517 – RS, que pode ser acessado: https://ww2.stj.jus.br/revistaelectronica/Abre_Documento.asp?sLink=ATC&sSeq=14092210&sReg=200602664718&sData=20110323&sTipo=51&formato=PDF (consultado em 19 de outubro de 2011).

Subjetivo e o Direito de Ação confundiam-se²⁸.

Trata-se de uma concepção moderna (em sentido histórico) de Direito Processual.

A tese da *instrumentalidade do processo*, a qual visa a inter-relacionar Direito Processual e Material após uma voga do processo *per se*, somente confirma que ambos não se confundem, ainda que se possa submeter a finalidade do Processo às finalidades do Direito Material²⁹.

A tese da instrumentalidade possui, porém, um entrave, caso consideremos que há certa unidade na concepção de Direito Processual, de modo que o Processo Legislativo seja incluso na noção geral de Processo. Este entrave se dá, pois, no Processo Legislativo não há uma finalidade jurídico-material a ser alcançada, mas uma (ou várias) a ser estabelecida, a ser criada, a ser juridificada – da mesma forma que uma “petição inicial” na Vara Cível juridifica o *Mondo* para abrir os *Acti*, um projeto lei é a juridificação de uma demanda social de cunho pré-jurídico, para que ela integre o corpo do ordenamento jurídico.

E neste ponto percebemos a preponderância do Processo Legislativo neste desenvolvimento do Direito como Mito: trata-se do Processo criador de Leis, do Processo

²⁸ “Embora antigo o processo, é moderníssima a ciência processual. [...]O processo como ciência jurídica só surgiu, realmente, a partir da obra de Büllow em 1868” in SILVA Ovídio A.B; GOMES, Fábio L. *Teoria Geral do Processo*. São Paulo: Saraiva, 2006, p.36. Mais especificamente: “O marco inicial desta fase [autonomista] foi a publicação da obra de Oskar von Büllow, intitulada *Die Lehre von der Prozesseinreden und die Prozessvoraussetzungen* (Teoria das exceções dilatórias e dos pressupostos processuais), datada de 1868.[...] o mérito de Büllow foi ter reconhecido a *existência de uma relação paralela à de direito material, na esfera do processo*” In HERTER, Op. Cit., pp. 32-3, grifo nosso.

²⁹ Para HERTEL, Op. Cit, pp. 37 e ss. O paradigma da “instrumentalidade” pode ser subdividido em duas categorias: a instrumentalidade negativa, segundo a qual o processo não é um fim em si mesmo e a positiva, segundo a qual o fim do processo é a realização do Direito Material. Apesar de extremamente louvável, Del Claro levanta a interessante crítica: “O *Instrumentalismo exacerbado do processo* afirma que tudo o que importa num processo judicial é a obtenção de um resultado justo do ponto de vista material. Não teria qualquer relevância o processo de tomada da decisão, mas somente a decisão em si mesma. Essa perspectiva está intimamente ligada a uma visão ativista de Estado e a uma jurisdição que tem por escopo a implementação de políticas e não a defesa de direitos” p. 95, propõe, em lugar desta, a “*direção material do processo*”, segundo a qual “o juiz não assiste o desenrolar do processo como um árbitro assiste um jogo de futebol” p. 176, focando apenas em aspectos de direção formal do processo, como citar, expedir, despachar... mas atuando também no direcionamento do direito material requisitado, respeitando as garantias processuais das partes: “o juiz que dirige materialmente o processo atua claramente em favor da justiça processual. Não há si um interesse em se obter um determinado resultado, mas sim um interesse claro de que o processo não ignore a vontade e a autonomia das partes” p. 177 in DEL CLARO, Roberto. *Direção Material do Processo*. Tese de Doutorado apresentada à Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

que cria o Direito Material e o Processual, e do Processo que se modifica a si mesmo³⁰; trata-se da fonte principal da principal fonte do Direito contemporâneo: a lei.

É por esta razão que analisaremos, doravante, lançando mão de nossa metodologia crítica, o “Processo Legislativo”, na tentativa não somente de fazer uma delimitação conceitual deste objeto tão relevante para o Direito como um todo, mas também de trazer aportes críticos à saúde do Legislativo brasileiro.

4 ANÁLISE CRÍTICA DO “PROCESSO LEGISLATIVO” – O TEXTO DA LEI E A LEI DOS TEXTOS³¹

Neste ponto torna-se necessário uma delimitação de o que seja o Processo Legislativo, não em busca de uma essência do mesmo, mas em busca de uma delimitação semântico-objetual comum a nós e ao leitor.

Para tanto, é preciso entender que a própria delimitação do objeto já se constitui evento discursivo que versa sobre evento discursivo.

Nossa tese é: aquilo que se entende por Processo Legislativo não é o fenômeno prático-político que ocorre no Congresso Nacional. O que vemos no Congresso, o conjunto de ações que configura aquilo que se chama “processo legislativo”, chega a nós enquanto texto – ações enquanto textos, enquanto enunciados concretos, enquanto obras – mas este “texto” difere do “texto” constitucional delimitado, principal, mas não unicamente, pelos Artigos 44 a 69 da Constituição Federal brasileira de 1988 – o que, não obstante, não significa que tal prática política a que nos referimos seja *inconstitucional*.

Com isso, ensejamos afirmar que Processo Legislativo é um complexo emaranhado de textos e discursos que envolve não somente a prática do dia-a-dia do Congresso Nacional, a letra da Constituição, mas também aquilo que sobre ela se fala, em Leis Ordinárias e Complementares, na Doutrina, em normas do Regimento Interno do

³⁰ Não debateremos aqui a tese luhmanniana da “autopoiese”, ainda que modificar-se a si mesmo possa ser lido, em certos casos, como “criar-se a si mesmo”.

³¹ Por força do contexto, limitaremos a falar de Processo Legislativo Federal.

Congresso Nacional, na Jurisprudência do STF e ainda – com peso relativamente inferior – às notícias sobre o Processo, às impressões científicas não-jurídicas, entre muitos outros.

4.1 O “Processo Legislativo”

No esforço de delimitar o conceito de “Processo Legislativo”, para que possamos prosseguir com este estudo, cabe remeter à etimologia da palavra “*processo*”. Ela compreende um conjunto de atos e de ações coordenadas e deriva do latim, *procedere*, que significa “*seguir em frente*”, “*dirigir-se a*”, ou seja, impõe a ideia de sempre estar voltado a determinado fim. Não há, portanto, processo *per se*.

Logo, aplicada ao âmbito jurídico, especificadamente no conceito de “processo legislativo”, compreende uma complexidade de atos e de ações voltados, dirigidos, a determinado fim – *in casu*, o de formação de leis. Ainda, para que o Processo Legislativo exista em determinada ordem jurídica, devem constar alguns pressupostos, sem os quais os atos legislativos³² são provocados independentemente de um processo.

Em primeiro lugar, pressupõe-se a existência de um Parlamento, *in lato sensu*, ou seja, depende de haja um órgão, a título exclusivo ou principal, com função legislativa. Seria estranho cogitar a existência de um “Processo Legislativo” em uma Monarquia Absoluta ou em um Estado Ditatorial puro³³, nos quais as leis criadas resultariam de atos essencialmente arbitrários. Por essa razão mesma, os Estados contemporâneos buscam a garantir o funcionamento eficaz das Casas Legislativas, estruturando-as de forma a torná-

³² Por ato legislativo, entende-se determinado ato, que ao ser emanado possua a capacidade de criar direitos e obrigações, inovando, assim, o ordenamento jurídico. Nem todos os atos legislativos são oriundos do Processo Legislativo, como, por exemplo, o *decreto-lei*, previsto no artigo 55, da Constituição de 1967, cujo texto e cujos dispositivos foram alterados pela Emenda Constitucional nº 1 de 1969, e que representou um antecedente direto das atuais emendas constitucionais.

³³ Ao colocarmos “Estado Ditatorial puro”, pretendemos aqui fazer referência ao tipo ideal, em termos weberianos, de Estado Ditatorial, em que o Poder Executivo toma para si a competência de legislar. Isso, pois é discutível a existência de um Processo Legislativo em alguns regimes ditatorial, que se preocuparam de garantir uma aparência, ainda que mínima, de democracia. Exemplo disso é o regime instaurado no Brasil a partir de 1964, no qual o Congresso Nacional detinha a função principal na criação de leis, como dispunha o artigo 29 da Constituição de 1967 (“*O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal*”), mesmo que tenha sido fechado em alguns períodos e que o Executivo desempenhasse de forma intensa essa mesma função.

las imunes, ou relativamente imunes, de pressão de outro poder estatal, com base no *Princípio da Autonomia dos Poderes*. Em segundo lugar, a proposição legislativa é também pressuposto para tal, e trata-se do ato de se propor uma peça legislativa no órgão legislativo, por justificação escrita ou oral. Em seguida, cabe apontar a necessidade de que haja capacidade de proposição, ou melhor, a titularidade de iniciativa legislativa. E, por fim, a competência legislativa, que se constitui na competência de se legislar sobre determinado tema.

Logo, existindo tais pressupostos, pode-se falar em Processo Legislativo. Ele se desdobra, de um lado, em princípios estáticos e abstratos, que José Afonso da Silva os lista como: o *princípio da publicidade*, o *da oralidade*, o *da separação da discussão e da votação* (relativo à realização da votação somente após a discussão), o *da unidade da legislatura* e o *do exame prévio dos projetos por comissões temáticas*. Por outro lado, desdobra-se também no procedimento legislativo, a parte concreta e prática do Processo.

Acerca do procedimento, especificadamente, a Constituição Federal trata a partir do artigo 59 até o artigo 69, ainda que de maneira pouco ordenada. E desse procedimento, originam-se normas primárias, elencadas no próprio artigo 59, as quais possuem respaldo no próprio texto constitucional: leis ordinárias, leis complementares, leis delegadas, emendas constitucionais, medidas provisórias³⁴, decretos legislativos³⁵ e resoluções. Contudo, é importante, ainda, salientar que o procedimento legislativo se subordina também às formalidades enunciadas nos regimentos internos das Câmaras Legislativas. Podemos distinguir, entretanto, três formas possíveis de procedimento: a ordinária, destinado à formação de leis ordinárias, a especial, destinados à formação das outras

³⁴ Discute-se se as medidas provisórias são objeto ou não do Processo Legislativo, ainda que conste no inciso V do artigo 59. José Afonso da Silva coloca, em *Processo de Formação das Leis*, que “*não são, a rigor, objeto do processo legislativo, porque não são elaboradas pelo Poder Legislativo, pois sua formação não se dá por esse processo.*” (p. 42), mas sim pelo artigo 61. Entretanto, é inegável seu caráter primário, como aduz Manuel Gonçalves Ferreira Filho, em *Do Processo Legislativo*: “*... a medida provisória é um típico ato normativo primário e geral. Edita-o o Presidente no exercício de uma competência constitucional, de uma competência que, insista-se, lhe vem diretamente da Constituição.*” (p. 241).

³⁵ Os decretos legislativos têm a função de regular as matérias de competência exclusiva do Congresso Nacional, que tenham eficácia *externa corporis*, diferindo-os das Resoluções que tratam de matéria de competência do Congresso e de suas Casas, mas com eficácia *interna corporis*.

modalidades legislativas e a sumária, destinada aos projetos de iniciativa exclusiva ou não do Presidente da República.

Posto isso, imperfeita – ou melhor – *incompleta* é a noção de que cumprir o procedimento, atentando-se aos princípios e às regras que o regem, tornaria completo o processo de formação de leis. Evidentemente, há por se considerar um terceiro elemento a esse processo: o debate político, a discussão dialética entre forças políticas, na defesa de seus interesses. Entretanto, por mais evidente que seja, esse terceiro elemento é constantemente subtraído dos debates e das ponderações dogmático-jurídicas, sendo muito pouco mencionado nas principais doutrinas acerca do Processo Legislativo, e, em seu lugar, coloca-se a figura do “*legislador racional*” ou o “*legislador ideal*”, uma criatura desumanizada e apolítica responsável pelas criações legislativas.

O debate político constitui o cerne da formação das leis, de maneira que Afonso da Silva coloca que “*toda transformação fenomenológica realiza-se através de um processo, cujo conteúdo compreende aspectos contraditórios, oposição de interesses divergentes*” (AFONSO DA SILVA, 2007). A lei, em si, é o produto do embate de posições divergentes, sendo esse embate mais complexo do que se apresenta a dialética hegeliana, ao contrapor uma tese e sua antítese para o surgimento da síntese. Esse confronto, na realidade, ocorre em meio de uma pluralidade de interesses e de ideologias, não necessariamente complementares, os quais são jogados no âmbito de debate. Quanto a isso, José Afonso coloca que a relação entre o Processo Legislativo e o confronto de ideologias e de interesses não se institui “*com a ideologia do povo, mas com a ideologia política dos detentores do poder*” e conclui que, ainda que haja possibilidade de serem idênticos, “*costumam também ser antitéticos*” (DA SILVA, 2007).

Se o Processo Legislativo, então, é constituído de princípios abstratos e estáticos, do procedimento legislativo e, também, do entrelaçamento de interesses sociais, podemos constatar, portanto, que ele possui um caráter estritamente formal. Os dois primeiros elementos que o constituem são previstos por normas constitucionais, cuja inobservância pode acarretar nulidade de todo o processo, impedindo que a lei venha a ter validade. Já

porque o terceiro e último elemento tem apenas seu resultado, ou seu produto, trespassando o processo e atingindo a expressão formal ou, de forma mais clara, o que acaba sendo exposto nas letras da lei é apenas a síntese do debate político, não se tem acesso mais acesso ao jogo dialético e aos fundamentos propostos para justificar ou impugnar o projeto de lei.

4.2 Análise crítico-mitológica

Se o Direito é mitológico, onde isso se encaixa no processo legislativo? Em dois momentos.

O primeiro momento é o da antiga questão da representação política, da democracia direta ou indireta e, conseqüentemente, de toda a nossa estrutura político-partidária.

Esta questão, porém, não é meramente política, e é, exatamente, a sua juridificação que proporciona seu poder mitológico. A juridificação da tomada de postura legislativa se dá, a priori, pelo texto constitucional. Uma primeira análise, meramente textual, nos revela que, se “todo poder emana do povo” (Artigo 1º, parágrafo único), nenhum é por ele diretamente “exercido” (exemplo: “O poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional [...]”, Artigo 44, caput).

Os três poderes, enquanto ramificações de “todo poder”, emanam do povo como se este fosse uma *fonte*, não um corpo dinâmico, mas um *locus* permanente e estático de onde se retira algo e ao qual se refere em busca de aceitação. Hobbes se vê confirmado; o poder emana do povo, mas este é incapaz de exercê-lo; é como a natureza, selvagem e violenta, que precisa de uma incidência técnica posterior.

Em matéria de produção jurídico-normativa, esse poder é atribuído ao Congresso Nacional. Mas, quando a análise é deslocada para o “vocabulário técnico dos juristas” surge a figura que em si não é um mito, mas é o personagem principal de um: o Legislador Racional.

O Legislador Racional da teoria jurídica do século XXI não é mais o legislador

racional de alguns séculos atrás, enquanto manifestação da Razão; mas um legislador que trabalha com a ideia de “união”/“concentração” legislativa em um único polo coerente, e com a ideia de que este polo legiferante é capaz de agir conforme a fins previamente estabelecidos e posteriormente verificáveis³⁶.

Qual é, porém, a função desta abstração? Vejamos os dogmas com que ela lida, primeiro o da “união”, a), e o da “racionalidade” *strictu sensu*, b).

a) O dogma da união faz com que cada jurista que lance mão deste vocábulo passe por cima de uma *realidade*³⁷ na produção legislativa brasileira. A importante atuação do poder Executivo que edita leis por meio Medidas Provisórias, a importante atuação de Comissões na interferência da escrita dos textos normativos, a problemática da normatividade de acordos internacionais em relação à Constituição, os Individualismos que se jogam nas negociações Executivo-Bancadas partidárias³⁸: enfim; uma infinidade de questões da práxis da produção legislativa são abstraídas de um só golpe na bela narrativa do Legislador Brasileiro.

A narrativa do Legislador, possui, ressalve-se, um papel institucional para a própria manutenção da Democracia Representativa conforme a vivemos hoje. O papel do Legislador, assim personalizado, é somado a uma ideia de personalização de povo

³⁶ Estamos, obviamente, resumindo a questão. Para uma análise mais detalhada e com mais categorias acerca do “Legislador Racional”, ver FERRAZ JUNIOR, T.S. *Introdução...*

³⁷ Sabemos o quanto pode ser problemático utilizar o dêitico argumentativo “realidade”. Não pretendemos atribuir-lhe nenhuma profunda tematização sócio-filosófica do conceito de “realidade”, sendo que este pode ser trabalhado com o viés psicanalítico, marxista, nihilista, luhmanniano ou simplesmente, coma breve concepção de tipo “senso comum” que se faz acerca da realidade ao se assistir aos noticiários. Mantemos o uso deste vocábulo “realidade”, de qualquer forma, em oposição à micro-visão jurídica, segmentada por um “recorte epistemológico” qualquer (Bachelard), mantendo a concepção de “heterogeneidade estruturada [diríamos ainda, *articulada*]” como aparece em VILANOVA, Lourival.

³⁸ “Essa sistemática caótica da ‘negociação de balcão’, dessa ‘mesa’ em torno da qual se operam as mais criativas e inusitadas barganhas no ambiente parlamentar é sustentada, portanto, por três fenômenos políticos que se sobrepõem: a força de pessoas ou grupos particulares de influenciar cabalmente no fluxo processual legislativo; o crescente fracionamento de interesses que se conflitam numa sociedade que a cada dia adquire maiores graus de complexidade e, o pior de tudo, a falta de escrúpulos dos agentes políticos em defender, de maneira muitas vezes até apaixonada, interesses particulares em detrimento do interesse geral” – sob outra óptica, essas são mazelas do processo legislativo que são fagocitadas pela imagem do Legislador Racional Brasileiro. Excerto In: RIZEK JUNIOR, Rubens Naman. *O Processo de Consolidação e Organização Legislativa*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: 2009 pp. 38-9.

(enquanto unidade doadora de sentido e emanadora de poder) para realizar a catarse da Democracia.

Democracia significa para o Brasileiro, hoje, participação política ativa: de dois em dois anos, passar alguns minutos em uma fila para apertar alguns números na Urna Eletrônica e *voilà*. Todos somos democráticos, mas poucos são os que possuem alguma atividade política nesse ínterim de dois anos entre as votações periódicas e mais raros ainda são os que possuem acesso a algum meio de participação na produção legislativa, quer na esfera municipal, menos na estadual, e menos ainda na federal³⁹.

O Legislador Racional assume o papel do herói, que parte, a cada dia, em uma verdadeira epopeia legiferante simbolizando o povo mesmo, o qual deveria partir com seu “poder” para se auto-regular (democracia), mas contenta-se com a sua sombra-heroica que luta a batalha política em seu nome.

A atuação do Congresso (e demais órgãos que legislam, como a figura do Presidente e suas Medidas) é a materialização do *evento* no qual se envolve o Legislador; é o seu campo de batalha com regras próprias que tão melhores quanto mais ignoradas – afinal, é ínfima a produção técnico-dogmática em torno das regras de funcionamento interno do Congresso Nacional, mais escasso ainda o saber que o cidadão leigo possui sobre elas.

Cada lei promulgada, cada norma baixada é o *retorno*, que sacraliza institucionalmente a democracia representativa como um ato do povo por ele mesmo, para ele mesmo. Trata-se de um “retorno construtor”, e, por isso mesmo, a lei produzida precisa ganhar a atenção do povo ao qual ela se dirige – eis aqui o papel *simbólico* de inúmeros textos legais, sendo que simbólico não é, aqui, uma mera alusão à linguagem, mas a

³⁹ Há exceções, certamente, como a do Orçamento Participativo. Não que estas exceções não apresentem problemas, é verdade. A nossa crítica vai contra a ideia de Democracia Participativa, tal qual aplicada hoje, baseada não no poder que emana do povo, mas justamente no poder que *não* emana, deixando a práxis político-legislativa à revelia e à festa da corrupção. A “solução” para isso não implica Democracia Direta no modelo habermasiano, mas parece claro que uma maior integração poderia ser feita por uma qualificação do debate na esfera pública, com maior injeção de informação do aparelho estatal e maiores aberturas de *feedback* para atuação do cidadão extra-partidário. Neste sentido, uma interessante proposta: SOARES, Fabiana de Menezes. *Teoria da Legislação: formação e conhecimento da lei na idade tecnológica*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2004. Uma outra atitude que já demonstraria maior nível de integração entre o povo e o poder que dele emana, seria uma maior atenção deste à fiscalização da corrupção na política brasileira.

prevalência de sua repercussão midiática sobre sua funcionalidade efetiva⁴⁰.

O Processo Legislativo se torna, assim, o mito fundador do Direito. “Mito Fundador” não entendido, aqui, como a *mentira* que se conta sobre um *fato* ocorrido em um passado originário que apresenta algo/alguém pela primeira vez. Mito Fundador como a origem efetiva (consciente e inconsciente) do Direito em sua práxis de produção e que é, ao mesmo tempo, a justificativa e a legitimação para a manutenção de uma institucionalidade da Democracia representativa.

b) a racionalidade atribuída ao Legislador ainda é vista como um pressuposto para o bom funcionamento do Direito enquanto Sistema, e para a manutenção do Ordenamento Jurídico enquanto corpo coeso. Se esta racionalidade é um pressuposto, isso precisa ser provado: não que o legislador seja racional, mas que a racionalidade do Legislador seja necessária para a manutenção do Sistema Jurídico – e é quanto a isso que temos dúvida.

Se é possível pensar que a normatividade de uma lei esteja mais ligada às noções de competência, efetividade, força, violência que de racionalidade⁴¹ – como efetivamente cremos que está – a racionalidade do Legislador deixa de ser uma exigência injustificada e improvável a cada vez que o Sistema Jurídico é requisitado.

⁴⁰ Este é um problema muito abordado em matéria Penal. As duas pérolas em matéria de legislação penal simbólica são a lei de crimes hediondos e a lei de crimes ambientais. A primeira (Lei 8072/90), simbólica já na rotulação do crime (que já é, em grande parte, uma rotulação) como hediondo – vocábulo escolhido após longa procura lexical nos melhores dicionários da língua portuguesa. A aversão aos crimes hediondos, o aumento de pena para os crimes hediondos (enfim, eles são *hediondos*), o contexto em que esta lei foi produzida – tudo isso compõe seu simbolismo em sentido pejorativo. A lei de crimes ambientais (lei 9605/98) é a resposta do Congresso à temática ambiental: realmente, se há árvores sendo derrubadas, rios sendo poluídos e animais sendo torturados, somente precisamos de uma lei com penas altas. Os efeitos de uma mídia com poder de pressão sobre o Congresso, o contexto de alguns poucos anos após o Rio-Eco-92, o contexto do ano de debate do Protocolo de Kyoto: aspectos que materializam o simbolismo pejorativo desta lei pouco efetiva. Ver ainda, COSTA, Helena Regina Lobo. *Proteção Penal Ambiental: viabilidade – efetividade – tutela por outros ramos do direito*. São Paulo: Saraiva, 2010.

⁴¹ Foucault trabalha esta perspectiva em termos de “governamentalidade”, mas esta foi uma ideia que a morte não permitiu ao autor aprofundar: “Desde o século XVIII, vivemos na era da governamentalidade. Governamentalização do Estado, que é um fenômeno particularmente astucioso, pois se efetivamente os problemas da governamentalidade, as técnicas de governo se tornaram a questão política fundamental e o espaço real da luta política, a governamentalização do Estado foi o fenômeno que permitiu ao Estado sobreviver. Se o Estado é hoje o que é, é graças a esta governamentalidade, ao mesmo tempo interior e exterior ao Estado [Foucault refere-se a questões econômicas]. São as táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estável, etc.” in: FOUCAULT, Michel. *Microfísica...* p. 292.

A racionalidade dos usos da lei, por exemplo, quando duas pessoas lançam mão do texto legal sobre o Inquilinato (Lei 8.245/91) para firmar um contrato de locação, prescinde da “racionalidade” *intrínseca à lei* do Inquilinato. A maior prova disso é a milenar e ainda presente noção de *Costume*, em especial na esfera Internacional⁴². Outro exemplo é o da lei de Franquias (Lei 8955/94), que de tão vazia, é incapaz de apresentar um mínimo de orientações para a constituição de franquias, que, nem por isso, deixam de ser constituídas.

A nossa análise parece deslocar a Racionalidade de um pressuposto da atuação da construção normativa do Ordenamento Jurídico, para uma exigência, um princípio reitor e regulador interno (debate a nível do Congresso, por exemplo) e externo (atuação dos cidadãos em esfera civil e hermenêutica judicial a nível local e a nível de juízo de constitucionalidade, para dar alguns exemplos).

O segundo momento de nossa crítica dirige-se a um estágio posterior à produção da lei, em que esta já é um *dado*.

Foca-se, sobretudo, nas Políticas Públicas, entendidas aqui de modo amplíssimo como a atuação do Executivo para a efetivação das leis e na Práxis Judicial, como o momento de interpretação vinculante da lei pelos juízes.

Este é um segundo momento, pois prescinde do primeiro. Se há, no Brasil, um acomodamento político gerado pela imagem mítica do Legislador Racional, pressuposta e reproduzida tanto nos discursos jurídicos especializados como no saber comum-leigo, este acomodamento reflete no próprio uso que o Estado e os Cidadãos fazem da Lei, dos textos normativos que possuem à disposição no Ordenamento.

O Legislador Racional torna-se, para a aplicação do Direito, um apoio, uma

⁴² O Direito Internacional, como um todo, apresenta um ótimo ponto de questionamento da concepção de legislador. Podemos falar em “Legislador”, assim, no singular, e em referência ao paternalismo estatal quando o Tribunal Penal Internacional realiza o deslocamento do *jus puniendi* para uma atuação extra-estatal? Podemos falar em Legislador quando nos deparamos com a cada vez mais “pesada” *soft law* que é produzida, entre outros, por Organizações Internacionais que não são “jurídicas” (Organização Mundial da Saúde, por exemplo)? Podemos falar em Legislador quando uma pessoa física atuante junto a uma Corte Internacional é capaz de interferir em uma sentença que balance o Sistema Normativo de um país (como no caso de Maria da Penha na Corte Interamericana de Direitos Humanos)?

desculpa para o legalismo, ou, nas palavras de Sá: cria o “escudo da lei”⁴³. Como a racionalidade é pressuposta, a interpretação se vê atalhada: se a lei já é tida racional, se o debate político já é tido como finalizado, a responsabilidade na interpretação cai a níveis críticos – *in claris cessat interpretatio*.

Por “responsabilidade na interpretação”, entendemos uma compreensão por parte do intérprete (agente público, cidadão, mas, de modo especial, o juiz) do seu papel na sociedade enquanto intérprete social e politicamente localizado.

Neste sentido, o “ramo” do Direito em que esta influência mitológica do Legislador Racional menos possui efeito é no Direito Penal e isso se deve, principalmente, à Criminologia e à Política Criminal.

A Criminologia (SCHECAIRA, 2011), por um lado, denuncia que “crime” algum é determinado somente pela lei jurídica de determinada sociedade – ou seja, que um crime é “infração jurídica” também, mas não somente.

A Criminologia, pois, ao enxergar o crime de modo complexo, duvida da racionalidade imponente e auto-suficiente da lei.

A Política Criminal, por outro lado, denuncia a auto-suficiência da lei penal por meio de uma radicalidade hermenêutica que se dispõe ao intérprete. Ao listar os princípios da Política Criminal, Chaves Camargo afirma (2002, p. 165): “os princípios que norteiam a política criminal são aqueles de origem constitucional, relacionados com as garantias e direitos fundamentais, base do Direito Penal no Estado Democrático de Direito”.

Perceba-se que com esta definição, o conteúdo político da Política Criminal é extraído de concepções *jurídicas* que revelam não somente eventos de integração entre os poderes (como no fenômeno da constitucionalização do Direito, que submete todo o jurídico à primazia da Constituição, elevando o papel do judiciário em afirmar o que é e o que não é constitucional), mas também que a simples opção por uma leitura de um texto

⁴³ SÁ, Alvinio Augusto. O termo foi amplamente usado em aulas e conferências proferidas pelo professor na Universidade de São Paulo em 2011. O professor, com esta expressão, refere-se ao juiz que defende-se de uma interpretação responsável do texto legal, apelando para a existência auto-evidente da lei e aplicando-a simplesmente.

jurídico é uma opção também política.

Assim, a Política Criminal implode a noção de *mens legislatoris* e parte pela busca não mais de uma “vontade do legislador” em abstrato – mítico, diríamos – mas da realidade política que determina a aplicação do Direito Penal a partir da realidade social e do corolário dos Direitos Fundamentais e do Direito Constitucional.

O potencial crítico da Política Criminal torna-se radical quando a própria lei reconhece-o, de modo indireto, em seu próprio texto: “O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, *conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime*: I - as penas aplicáveis dentre as cominadas [...]” (Artigo 49, caput, Código Penal, grifo nosso).

As consequências disso são que, apesar de inúmeras conquistas ainda ficarem a ser alcançadas pelo Direito Penal, rumo ao *garantismo*, os aplicadores da lei penal (juízes, promotores, advogados) são, talvez, os profissionais do Direito mais levados a questionamentos que encaram o *Direito* como um Sistema Aberto, conscientes da existência concreta do Sistema enquanto resultado de inúmeros jogos políticos de uma luta contra o crime (e não necessariamente contra o criminoso)⁴⁴.

É comum ver um posicionamento mais crítico do penalista em relação ao Código Penal que de qualquer outro de seus similares, justamente pelas influências criminológicas e político-criminais – claro, quando estas estão presentes em sua formação.

A colcha de retalhos que é o Código Penal, devido a inúmeras intervenções posteriores feitas pelo Legislador Racional de maneira muitas vezes irracional, leva os aplicadores do Direito Penal a uma postura de desconfiança da própria racionalidade da lei e da aplicabilidade democrática do Direito Penal.

⁴⁴ Não que a lei seja assim, ressalve-se. Aspectos garantistas trazidos pela criminologia e pela criminologia ao Estado Democrático de Direito leva o jurista a pensar o Direito nesse sentido, não somente a lei – a qual, como afirmamos, é muitas vezes irracional e mero instrumento para obtenção de fins outros que os originais do Direito Penal.

Não podemos nos delongar sobre o tema, mas citamos alguns casos interessantes: veja, por exemplo, o tipo da “apropriação indébita previdenciária”, inclusa no tipo penal da apropriação indébita (168-A) enquanto crime contra o patrimônio que é, na realidade, crime contra a Ordem Pública⁴⁵. A doutrina e a jurisprudência realizam, pois, malabarismos para encaixar o tipo na sua real aplicação sistemática e não tratar este crime contra a Ordem Pública como uma tipificação que teria como Bem Jurídico o patrimônio de particular: mundos grandemente distintos⁴⁶.

Outro exemplo de intervenção parcialmente infeliz do Legislador posterior à escrita do código é o da intervenção no texto dos crimes sexuais. Se muitas das mudanças foram atualizações bem-vindas pela sociedade, a atual tipificação do estupro (213 C.P) é um verdadeiro tipo penal em branco em uma área de tamanha tensão quanto a das relações sexuais que ferem a dignidade humana: qualquer ato libidinoso ser comparado à “histórica” conjunção carnal parece um acidente de percurso – e é⁴⁷. Neste caso, é a vitimologia, enquanto ramo especializado da Criminologia, que proporciona uma diferenciação na análise, proporcionando uma interpretação mais sensível ao caso em relação à postura

⁴⁵ “Ordem Pública” entendida de modo amplo. O crime nasceu no Artigo 95 da “Lei Orgânica de Seguridade Social”, Lei 8212/91. Como já se manifestou o Supremo, houve uma “transferência de diploma normativo” do tipo, que foi transplantado no Código Penal no Título II, “Dos Crimes contra o Patrimônio”. Ver: HC 96337 / MG – Relator Ministro Joaquim Barbosa. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=618104> – consultado em 27 de Outubro de 2011. O Acórdão data de Novembro de 2010 – ressaltamos o quanto a “confusão” do Legislador Racional foi problemática com a tese da *abolitio criminis* da Apropriação Previdenciária Indébita.

⁴⁶ Outro problema gerado por este pequeno lapso do Legislador Racional, é o da problemática da aplicação do princípio da insignificância que vem sendo erroneamente afastado – a nosso ver – em casos em que deveria ser efetivamente aplicado. Veja-se o HC 107.041 / SC – Relator Ministro Dias Toffoli. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1501369> – acessado em 27 de Outubro 2011. Note-se no acórdão que princípio da insignificância é desconfigurado. A importância (insignificante) da lesão ao Bem Jurídico é confundida com a importância do Bem Jurídico – a qual o princípio da insignificância jamais coloca em questão. Ressaltamos que o valor pelo qual houve condenação é inferior ao que a própria Fazenda considera para persecução em área-extra penal.

⁴⁷ Basicamente, hoje, qualquer beijo mais lascivo é encarado pela legislação *na letra* no mesmo patamar que um abuso sexual com penetração anal, por exemplo. Leia-se este Recurso Ordinário em Habeas Corpus 22800 / SP no STJ. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/Abre_Documento.asp?sLink=ATC&sSeq=7197680&sReg=200800000239&sData=20100802&sTipo=51&formato=PDF – acessado em 27 de Outubro de 2011. No caso, o “paciente” é condenado pelos beijos que dera, da mesma forma que há condenação por estupro com conjunção carnal tentado em outras situações citadas no caso como jurisprudência que embasa o argumento magistral.

punitivista da lei⁴⁸, o que, certamente, atua conjuntamente com uma revisão da teleologia da lei e, logo, com questões de política criminal e, tudo isso, proporciona uma hermenêutica responsável, uma postura consciente por parte do aplicado penal.

Por isso parece-nos relevante citar o caso do Direito Penal em vias de expandir este posicionamento para outros ramos do Direito.

Se, por um lado, é verdade que as devidas proporções devem ser guardadas, tendo em vista que a gravosidade do Direito Penal não se repete (ou não deveria) em outros ramos; por outro lado, enxergar o Direito como minimamente sistemático e como baseado e construído em fatos de linguagem, permite pensarmos que é possível aliar esta postura crítica do Direito Penal – que lemos aqui em termos de nossa metodologia crítico-mitológica – para outros ramos do Direito.

Veja-se, por exemplo, o caso do instituto da *tipicidade*. A tipicidade, base inafastável da teoria do Delito, nasceu – tal qual a conhecemos hoje – no Direito Penal, pelo desenvolvimento da doutrina alemã no final do século XIX, início do século XX.

Hoje, a tipicidade possui grande relevância para o Direito Processual (em especial, na tipicidade de provas) e – de certo modo, ainda mais distantemente – para o Direito Civil.

O caso de Direito Civil torna-se especial para uma análise crítico-mitológica, pois torna evidente o quanto é possível sim pensar o Direito textualmente e construí-lo e re-construí-lo a partir de princípios hermenêuticos. Basicamente, na Teoria do Contrato, hoje, têm-se a concepção de que um contrato pode ser classificado conforme a categorias lógicas (bilateral; oneroso; periódico) e qualificado conforme a tipos específicos, que delimitam a noção de “contratos em espécie” (compra e venda; locação; prestação de serviços) – de tão desenvolvida, esta concepção originária do Direito Penal, pela ponte do Direito Civil, retorna ao Direito Público atingindo a formação de contratos administrativos⁴⁹.

Esperamos que a adoção do paradigma crítico-mitológico nos mais diversos sub-

⁴⁸ Neste sentido, leia-se o voto de Marco Aurélio em: HC 97052 / PR – Ministro Relator Dias Toffoli. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=627298> – acessado em 27 de Outubro de 2011.

⁴⁹ Conferir in: http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/Gosson.pdf - acessado em 27 de Outubro de 2011.

ramos do Direito – em especial na análise do processo legislativo – poderá ser um caminho para desvelar processos inconscientemente lidados e que podem ser melhorados em função de uma melhor efetivação do enorme rol de direitos ainda pouco efetivados do Artigo 5º de nossa Constituição.

5 SIGNIFICADO DA CRÍTICA E CONCLUSÕES

Um ponto importante, e que nos leva a assumir um posicionamento reflexivo quanto à crítica do processo legislativo e de demais categorias do Direito, como somente pretendemos com este texto, é a explicitação do significado temático; da abrangência, que esta crítica possui.

O que significa, enfim, afirmar que o “processo legislativo” tal qual praticado hoje em nosso país é mitológico?

Certamente não significa que ele é *ruim*. Isso seria retroceder a um estágio de semantização por nós mesmos criticados: mito e mentira não precisam ser sinônimos – e não cremos que sejam.

Crítica, por esta razão, e “crítica do processo legislativo” – consequentemente – deixa de ser a “destruição” de um atual corpo discursivo tal qual ele está constituído. Esse não é o projeto da crítica, a nosso ver.

A crítica-mitológica, enquanto metodologia crítica, tem em mente um paradigma de linguagem que sempre impedirá que a crítica se torne absoluta: ou seja, que a crítica se dê de um ponto a-mitológico.

Por quê? Porque a análise do mito visa a revelar, sobretudo, que a cultura humana se desenvolve consciente e inconscientemente – e a mesma linguagem que dá asas a um tipo de desenvolvimento, dá asas ao outro.

Assim, não há posição que seja absolutamente consciente – o que não significa que devemos nos acomodar com nossa atual posição.

A metodologia crítica do mito visa a potencializar o grau de consciência, já que

cremos ser este o paradigma adotado e, talvez, a última e única tarefa da Razão após tantos anos de críticas ferrenhas.

Propomos, a título conclusivo, uma inversão do “mito da caverna” de Platão.

Ao adotar a metodologia crítica do mito, o pesquisador deve se dar conta, em primeiro lugar, de que ele *está na caverna* – mas que *ele vai ficar na caverna*.

Não há lugar fora da caverna – pelo menos, não em um primeiro momento, enquanto a caverna e seus limites não forem conhecidos.

O procedimento que visa a compreender a realidade como texto, tem como objetivo uma hermenêutica da realidade e, logo, um compreender adequado da mesma – é a isso que chamamos de “potencialização da consciência” – pois no movimento hermenêutico atencioso o texto é usado para a abertura de sentido e não para a implementação de sentidos ocultos – o que não exclui o papel do inconsciente nem antes, nem durante, nem após a compreensão.

O inconsciente, aliás, pode ser entendido como a escuridão na caverna – e a consciência pelo movimento hermenêutico como o ato de iluminar a caverna. O pesquisador deve ter em mente que, sempre ao iluminar o seu lado esquerdo, restam sombras do lado direito. Sempre ao iluminar sua frente, restam sombras do passado. Precisa também ter em mente que jogar luz azul sobre os objetos – azula-os.

Por fim, uma total iluminação da caverna (uma *higienização* da caverna, diriam Adorno e Horkheimer) é, na verdade, trazer o fora da caverna para dentro dela: é desconfigurar a caverna.

Iluminar a caverna, mas manter seus mistérios é ter a consciência de que o mundo sempre guardará seus segredos e que, muitas vezes, compreender conscientemente os fenômenos do Direito, da Arte, da Política pode ser muito menos efetivo que uma declaração onírica. Nunca nos esqueçamos de que, como no Alienista de Machado de Assis, a loucura pode estar do lado *certo*.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos**. São Paulo: Zahar, 1985.

ADORNO, Theodor W. **Dialética Negativa**. São Paulo: Zahar, 2009.

BACON, Francis. **A Sabedoria dos Antigos**. São Paulo: UNESP, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Construção Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1995.

BULTMANN, Rudolf. **Jesus Cristo e Mitologia**. São Paulo: Fonte Editorial, 2008.

CAMPBELL, Joseph. **As Transformações do Mito através do Tempo**. São Paulo: Cultrix, 1997.

_____. **O Poder do Mito**. Entrevista concedida a Bill Moyers, PBS. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=eoTMzvQIha0> e vídeos conexos. Consultado em 18/12/2010. 1988.

CHAVES CAMARGO, Antônio Luis. **Sistema de Penas, Dogmática Jurídico-Penal e Política Criminal**. São Paulo: Cultural Paulista, 2002.

DA SILVA, José Afonso. **Processo de Formação das Leis**. 2ª ed. 2ª tiragem. p. 50-52. São Paulo: Malheiros, 2007.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

DOURADOS, Pedro. **Mito e Razão no Direito Penal**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2012.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano: a essência das religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. **A Ciência do Direito**. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação**. São Paulo: Atlas, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

_____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2009.

_____. **Ditos e escritos II: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento.** Rio de Janeiro: Forense, 2005.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo.** Petrópolis: Vozes, 2010 .

LUHMANN, Niklas. **La Religión de la Sociedad.** Madrid: Trotta, 2010.

PÊCHEUX, Michel. *Análise Automática do Discurso.* In: HAK, T e GADET, F (orgs.). **Por Uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** Campinas: UNICAMP, 1993.

RICOEUR, Paul. **Du texte à l'action.** Paris: Seuil, 1986.

_____. **Hermenêutica e Ideologia.** Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **O Conflito das Interpretações.** Rio de Janeiro: Imago, 1978.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia.** São Paulo: Revista dos Tribunais: 2011.